

O Melhor da gastronomia e do vinho como O PORTUGUÊS DO DOURO LUA NOVA EM VINHAS VELHAS 2010 DE R\$ 94,00 POR R\$ 85,00 Sucesso de vendas! Oferta válida até 31/12/13 ou o término do estoque.

FELIZ NATAL!

Castelo: Av. Erasmo Braga, 299 - Lj. B - Tel.: 2220-1887
Centro: Rua Senador Dantas, 100 - Lj. A - Tel.: 2532-7332
Niterói: Rua Miguel de Frias, 169 - Lj. 102 - Icaraí - Tel.: (21) 2620-7666

www.bergut.com

SE BEBER NÃO DIRIUA

miriamleिताo@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO

Liberação da terra Awá

Vai começar a desintrusão da Terra Awá. A palavra é estranha, mas quer dizer algo que se esperava que acontecesse ao longo deste segundo semestre, até por ordem judicial: a retirada dos não indígenas da área demarcada e registrada como dos índios do grupo Awá Guajá, no Maranhão. Chove muito esta época do ano, mas será assim que as tropas vão se deslocar.

A ordem do juiz federal no Maranhão José Carlos do Vale Madeira estabeleceu prazos e modos da retirada dos não indígenas. O governo já reuniu todos os órgãos envolvidos e concluiu o plano da retirada dos não indígenas.

Os que estiverem instalados na terra indígena receberão nos próximos dias notificações para deixar o local. Os moradores terão 40 dias para retirar seus bens. Ao final do prazo, serão desapropriados. Foram expedidos mandados de busca e apreensão de todos os equipamentos que estiverem ligados à prática criminosa.

Vão se deslocar para cumprir a ordem judicial, e o plano do governo, tropas do Exército e funcionários da Funai, ICMBio, Incra, Ministério Público, Força Nacional de Segurança, Polícia Militar do Maranhão. Foi criado, por ordem do juiz, o Comitê de Desintrusão da Terra Awá Guajá, com representantes de todos esses órgãos e mais a OAB, ABIN, Secretaria-Geral da Presidência, Ibama, um integrante da Assembleia Legislativa e outro do Governo do Maranhão.

Será instalada para executar a operação uma grande base em São João do Caru e outra em Vitória da Conquista, no Maranhão, onde há grande concentração de madeireiros.

O governo vai derrubar as cercas e fechar os ramais que foram abertos pelos madeireiros nas invasões frequentes da Terra Awá. A ideia é abrir apenas uma estrada que contorne a terra para facilitar o acesso da fiscalização. O risco é a estrada acabar facilitando novos ataques à mata onde vivem os índios, nessa área que é um dos últimos remanescentes de Floresta Amazônica no Maranhão.

Em agosto, o GLOBO publicou uma longa reportagem feita por mim e pelo fotógrafo Sebastião Salgado. “O Paraíso Sitiado” teve como título na primeira página o resumo do que vimos lá: “Eles estão em perigo.” Era o começo da estação madeireira, e os índios estavam encurralados por madeireiros que atacavam a floresta por todos os lados. Ameaçavam reagir, mas como? São 400 pessoas de um grupo contactado no final dos anos 1990, depois de terem fugido por quase 500 anos.

Os Awá são nômades, acabaram de ser aldeados, poucos falam português, são do tronco Tupi e têm uma ligação intensa com a floresta, porque creem que a existência do mundo após a morte depende da manutenção da floresta em pé.

Como sempre, nestas situações, a ocupação da terra indígena foi feita tanto por grileiros e madeireiros, quanto pelos posseiros. A Justiça julgou que eles não são ocupantes de boa fé; ou seja, sabiam que era uma terra indígena. Apesar disso, há enorme diferença entre os dois grupos. A ordem judicial determina que os posseiros recebam ajuda do governo através de financiamentos do Pronaf, sementes, inclusão no Bolsa Família, inscrição no INSS e concessão de terra através do Incra. Há uma área próxima, em Bom Jardim, onde devem ser assentadas 60 famílias. Outras receberão crédito fundiário.

Há uma grande fazenda, o empreendimento agropecuário Alto Turiaçu, na terra indígena Awá Guajá, que terá que sair imediatamente. A Justiça determinou a desocupação da fazenda e a retirada — ou demolição — dos imóveis e dos bens móveis e animais.

A Coordenação dos Índios Isolados e Recém Contatados da Funai quer iniciar, em seguida, o trabalho de reconstituição da cobertura florestal na área desmatada da terra Awá Guajá. ●

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)
oglobo.com.br/economia/miriamleिताo

Gigante, a usina de Belo Monte enfrenta polêmica no Pará

Obra vai gerar energia barata, mas vive uma guerra de liminares

MÔNICA TAVARES, RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br

-BRASÍLIA E RIO- Maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com custo estimado em R\$ 29 bilhões e capacidade para gerar energia barata (R\$ 78 o megawatt) para 60 milhões de pessoas, a usina de Belo Monte, no Pará, está sendo construída em meio a uma guerra de ações e liminares na Justiça na tentativa de interromper as obras. Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, depois de Três Gargantas (China) e a binacional Itaipu.

O presidente da Norte Energia, consórcio que comanda a usina, Duilio Diniz Figueiredo, garante que as condicionantes socioambientais estão sendo implementadas e, muitas delas, a exemplo da qualidade da água, são “perenes, tem que ser monitoradas a vida inteira”. O próximo relatório do Ibama sai no fim de janeiro.

— A licença de instalação está pautando nossas ações — diz.

O procurador Felício Pontes Júnior, do Ministério Público Federal no Pará aponta várias condicionantes da licença prévia (LP) ambiental emitida pelo Ibama que estão sendo descumpridas. Na lista, aparecem problemas envolvendo moradias e o atraso nas obras de saneamento e saúde, por exemplo. Segundo ele, o maior impacto ainda não aconteceu: trata-se do desvio da Volta Grande do Xingu (desvio do Rio Xingu, que reduzirá a vazão), que vai atingir povos indígenas e a população ribeirinha.

SEM EMBARGO À OBRA

Já o procurador geral federal substituto da Advocacia Geral da União, Renato Vieira, destacou que atualmente não há qualquer decisão da Justiça contrária à construção de Belo Monte. Ele explicou que algumas condicionantes socioambientais só podem ser executadas depois que a usina estiver funcionando. Citou como exemplo o “hidrograma de consenso”, que depois de seis anos vai medir a quantidade de vazão da água e a navegabilidade do rio.

Vieira lembra que foram ajuizadas 27 ações contra Belo Monte: nove já foram julgadas no mérito a favor do governo.

— A Justiça sempre concordou com os argumentos do governo federal — disse Vieira.



Vista aérea. Usina Hidrelétrica de Belo Monte, erguida na Amazônia, enfrenta a resistência de ambientalistas

FICHA TÉCNICA

LOCALIZAÇÃO: Rio Xingu, região de Altamira (PA)

CAPACIDADE TOTAL DA USINA: 11.233,1 megawatts (MW)

RESERVATÓRIO: a fio d'água com capacidade de 503 quilômetros quadrados

CONCESSÃO: 35 anos

EMPREGOS: geração de 20 mil empregos na construção da usina.

INÍCIO DE OPERAÇÃO: 31 de dezembro de 2014

INVESTIMENTOS PREVISTOS ENTRE 2011-2014: R\$ 20,9 bilhões

INVESTIMENTOS PREVISTOS APÓS 2014: R\$ 7,9 bilhões

PRINCIPAIS SÓCIOS: Eletrobras, Petros, Funcfe, Neo Energia, Cemig e Light

FINANCIADORES: BNDES, CEF e BTG Pactual

LICENÇA PRÉVIA: Concedida pelo Ibama em fevereiro de 2010

CONSÓRCIO CONSTRUTOR DE BELO MONTE: Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Queiroz Galvão e OAS, empresas contratadas pela Norte Energia, que ganhou a licitação para realizar a obra da usina hidrelétrica

Os atrasos nos projetos socioambientais não devem ser encarados como um problema, já que o mais importante é que essas obras estão previstas em contrato, que terão de ser cumpridos pelo consórcio. Esta é a opinião do professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel, do Instituto de Economia da UFRJ):

— Ter obras atrasadas não é um problema, porque implica previamente no comprometimento do consórcio em fazer tudo o que foi comprometido. Do ponto de vista legal, eles (a empresa) vão ter que fazer tudo o que foi acordado.

Para o coordenador do Gesel, quanto mais os movimentos sociais puserem empecilhos nas obras, com liminares, mais prejudicados ficarão os projetos socioambientais. Segundo Nivalde de Castro, é claro que uma obra do porte de Belo Monte tem impacto na cidade. Mas ele ressalta que, a partir de agora, o número de pessoas nos canteiros vai começar a diminuir. Para ele, o importante serão as obras de infraestrutura, saneamento e saúde que vão ficar para a cidade:

— É preciso ter uma visão mais pragmática e não ideológica. Há uma posição ideológica contra a usina. Então, tudo é motivo para suspender a obra. Saneamento, escolas e hospitais não desaparecem quando a obra termina.

Por outro lado, organizações ambientais como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Movimento Xingu Vivo fazem duras críticas ao projeto. O secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas,

disse que o maior problema é que o projeto — no qual a Eletrobras é dona de 50% e conta com financiamento do BNDES — é fiscalizado pelo próprio governo:

— Nada foi feito em questões como das terras indígenas, de saúde e saneamento. As obras da usina estão a todo vapor com 60% executadas, enquanto as obras socioambientais estão aos trancos e barrancos, com apenas 20% de sua execução.

IBAMA AVALIA CONDIÇÕES

Antonia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, lembra que as obras de saneamento básico deveriam ter começado em 2011, mas, diz, começaram há quatro meses.

— Já encaminhamos denúncia ao Ministério Público, pois as obras estão sendo feitas com material de baixa qualidade. Em janeiro, um técnico do Ministério Público fará uma fiscalização. A falta de saneamento será agravada, pois estamos entrando no período de chuvas. Altamira tem 140 mil pessoas.

Em nota, o Ibama disse que “avalia se o empreendedor está cumprindo as condicionantes exigidas através de um parecer técnico que avalia os relatórios semestrais consolidados”.

O presidente da Norte Energia classifica como “incompreensão, falta de conhecimento e até maldade” as críticas de que não são cumpridas exigências ambientais. Ele diz que a relação com os índios melhorou muito, sobretudo nos últimos sete a oito meses, porque a empresa mudou o local de trabalho. ●

CVM abre processo contra Eike e CCX

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo administrativo contra Eike Batista e outros sete administradores da CCX, dona de ativos de carvão que faz parte da holding EBX. O objetivo da ação é apurar se houve supostas irregularidades na divulgação de informações, que, em tese, de-

veriam ter sido reveladas de forma a não prejudicar o interesse da companhia e de seus acionistas. De acordo com a CVM pode ter ocorrido descumprimento no artigo 6º da Instrução 358, de 2002.

Segundo despacho do superintendente de Relações com Empresas Marco Antônio Mon-

teiro, a CVM determinou que a apresentação de defesa seja feita no dia 10 de janeiro de 2014. Segundo a Instrução 358, a companhia é obrigada a divulgar imediatamente qualquer informação que possa “escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação”. A EBX não comenta. (Bruno Rosa) ●

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

GOVERNO FEDERAL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade Pregão na forma Eletrônica nº 042/2013

O Ministério dos Transportes, por intermédio de sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 227, de 05 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 09 de dezembro de 2013 torna pública para o conhecimento dos interessados, que em cumprimento ao art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 17, inciso III do Decreto nº 5.450/2005 realizará licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica de nº 042/2013 sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, assistência técnica e operação das instalações eletro-hidrossanitárias, incluindo no-breaks, grupos geradores, SPDA (Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas) e águas pluviais das dependências do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF, a ser executada de forma contínua, com fornecimento de peças, mão de obra, baterias e serviços em equipamentos/sistemas e todos os materiais e equipamentos necessários e adequados, de acordo com as normas vigentes e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I parte integrante do Edital. O encaminhamento das propostas comerciais será a partir das 05h30min. do dia 24/12/2013 até as 05h30min. do dia 08/01/2014, quando será a abertura da sessão de lances, observando o horário de Brasília – DF. O Edital estará disponível a partir do dia 24/12/2013, na Esplanada dos Ministérios Bloco “R”, Sala 206, 2º andar da Ed. Sede, no horário comercial, no “site” www.transportes.gov.br ou no www.comprasnet.gov.br.

MARA LUCIA PACHECO LOPES
Pregoeira/MT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

GOVERNO FEDERAL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

COMUNICADO RELEVANTE Nº 3,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Alteração do Cronograma do Edital

A Comissão de Outorga da construída pela Portaria 520, de 17 de outubro de 2013, para concessão da Rodovia BR-163/MT - 3ª Etapa de Concessões de Rodovias Federais - Fase III - Lote 7, torna público que em virtude da Homologação do Resultado do Leilão pela Diretoria da ANTT as datas dos eventos de 16 a 18 do Cronograma do Edital passarão a constar conforme disposição abaixo:

Eventos	Descrição do Evento	Datas
16	Comprovação de atendimento, pela Proponente vencedora, das condições prévias à assinatura do Contrato de Concessão, conforme indicado no item 15.3	Entre 19/12/2013 e 23/01/2014
17	Publicação do Ato de Outorga	30/01/2014
18	Assinatura do Contrato de Concessão	31/01/2014

FÁBIO ROGÉRIO T. DIAS DE A. CARVALHO
Presidente da Comissão